

## Sorocaba Refrescos S.A.

CNPJ nº 45.913.696/0001-85

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ATIVO	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>		<b>193.895</b>	<b>214.621</b>				<b>Resultado do exercício</b>		<b>47.775</b>	<b>18.141</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9	34.395	61.363	Receita líquida de vendas	26	717.694	9.828			
Contas a receber de clientes	10	86.264	58.894	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27.a	(415.041)	(359.003)			
Estoques	11	55.933	53.338	<b>Lucro bruto</b>		<b>302.653</b>	<b>231.745</b>			
Impostos a recuperar	12	5.792	38.011	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	27.b	(97.338)	(84.117)			
Instrumentos financeiros derivativos	31	875	-	Logística, distribuição e armazenagem	27.c	(75.820)	(63.262)			
Outros créditos	13	10.636	3.015	Vendas	27.d	(51.855)	(43.234)			
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>43.713</b>	<b>35.038</b>	Administrativas e gerais						
Ativo fiscal diferido	14	15.307	8.270	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(3.001)	(940)			
Impostos a recuperar	12	5.457	4.141	Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	28	3.002	1.916			
Depósitos judiciais		13.239	14.164	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>77.641</b>	<b>42.107</b>			
Outros créditos	13	9.710	8.463							
Investimentos	15	11.246	11.246							
Imobilizado	16	139.669	105.936							
Direito de uso	32	4.494	807							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>155.409</b>	<b>117.989</b>							
<b>Total do ativo</b>		<b>393.017</b>	<b>367.648</b>							
<b>PASSIVO</b>										
<b>Circulante</b>		<b>172.600</b>	<b>135.907</b>							
Fornecedores	17	80.536	61.874							
Financiamentos e empréstimos	18	5.853	5.056							
Impostos e contribuições sociais a recolher	20	26.830	20.913							
Salários, férias e encargos a pagar	21	17.437	16.859							
Dividendos a distribuir	19	11.686	4.308							
IRPJ e CSLL a recolher	14	6.889	5.242							
Passivo de arrendamento	32	2.580	807							
Adiantamento de clientes		273	42							
Impostos parcelados	23	2.936	2.888							
Instrumentos financeiros derivativos		-	1.239							
Outras contas a pagar	24	17.580	16.679							
<b>Não circulante</b>		<b>115.129</b>	<b>125.183</b>							
Financiamentos e empréstimos	18	88.893	89.004							
Provisão para contingências	22	8.409	10.100							
Impostos parcelados	23	6.939	9.698							
Passivo de arrendamento	32	1.914	-							
Outras contas a pagar	24	8.974	16.381							
<b>Total do passivo</b>		<b>287.729</b>	<b>261.090</b>							
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>25.105.288</b>	<b>106.558</b>							
Capital social		58.526	58.526							
Reserva de lucros		46.762	48.032							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>393.017</b>	<b>367.648</b>							

### NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** A Sorocaba Refrescos S.A. ("Companhia" ou "Sorocaba Refrescos") localizada às margens da Rodovia Raposo Tavares, km 104, foi fundada em 1975 como uma subsidiária da Refrigerantes Campinas S.A. A fábrica foi inaugurada em Sorocaba em 1977. Em 1985, passa a ser uma filial da Refrescos Ipiranga e, finalmente, em 1989 a Companhia passa a ser um fabricante independente no Sistema Coca-Cola Brasil. **2. Base de preparação:** a. **Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2024. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 7.f** - Vida útil do ativo imobilizado. **• Nota Explicativa nº 10** - Mensuração de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para o contas a receber. **• Nota Explicativa nº 14** - Mensuração do IRPJ e da CSLL diferidos. **• Nota Explicativa nº 17** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos. **Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período do relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 01/01/2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientações sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota Explicativa nº 7 - Políticas contábeis materiais (2022). Principais políticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo.

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	58.526	9.767	64.205	-	132.498
Reincorporação dividendos não distribuídos em 2020 conforme Ata da AGO datada de 01/07/2021	-	-	506	-	506
Distribuição de dividendos conforme Ata da AGE datada de 22/12/2022	-	-	(40.279)	-	(40.279)
Resultado do exercício	-	-	-	18.141	18.141
Destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	907	-	(907)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.308)	(4.308)
Reserva de retenção de lucros	-	-	12.925	(12.925)	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>58.526</b>	<b>10.674</b>	<b>37.358</b>	<b>-</b>	<b>106.558</b>
Distribuição de dividendos conforme Ata da AGE datada de 06/12/2023	-	-	(37.359)	-	(37.359)
Resultado do exercício	-	-	-	47.775	47.775
Destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.033	-	(1.033)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(11.686)	(11.686)
Reserva de retenção de lucros	-	-	35.057	(35.057)	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>58.526</b>	<b>11.707</b>	<b>35.055</b>	<b>-</b>	<b>105.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**7. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Receita:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **c. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego. **d. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e a base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com IRPJ e CSLL compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Terrenos	-	-
Edificações	4 a 60	1,67 a 25,00
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 40	2,50 a 50,00
Móveis e utensílios	1 a 30	3,33 a 100,00
Veículos	3 a 12	8,33 a 33,33
Garrafas e embalagens	9 a 20	5,00 a 11,11

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber e outros créditos e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.** **• Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.** **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais

do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.** **• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.** **• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.** **• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Capital social:** A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido composto seu capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em acordo de acionistas, são reconhecidos como passivo. **i. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;** **• Investimentos de dívida mensurados ao VJORA;** **• Ativos de contrato.** A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



CONTINUAÇÃO

de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **k. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa na data de início. • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de

exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **1. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação — ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por o preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18 e nº 31, a Companhia possui empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31/12/2023, uma futura quebra dos covenants específicos pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") - alterações ao CPC 26 e CPC 40:** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **c. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **9. Caixas e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa é constituído conforme a seguir:

	2023	2022
Bancos	9.533	3.983
Aplicações financeiras	24.862	57.380
<b>Total</b>	<b>34.395</b>	<b>61.363</b>
As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e serão utilizadas nas atividades de curto prazo da Companhia, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são remuneradas por cerca de 11,4% a.a. do CDI (11,0% a.a. do CDI em 31/12/2022). A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 31.		
<b>10. Contas a receber de clientes:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contas a receber de clientes	96.659	66.288
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(10.395)	(7.394)
<b>Total</b>	<b>86.264</b>	<b>58.894</b>
Em 31/12/2023 e 2022 os saldos de clientes eram compostos, substancialmente, por valores a receber decorrentes de vendas para o mercado interno. A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 31. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI (Certificado de Depósito Interbancário), dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31/12/2023 e 2022 e concluiu que os valores se equiparam, substancialmente, aos valores contábeis apresentados no balanço. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. A composição por vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era a seguinte:		
A vencer	2023	2022
	71.030	50.325
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	14.074	8.913
De 31 a 60 dias	1.637	271
De 61 a 90 dias	311	77
De 91 a 180 dias	575	194
Acima de 181 dias	9.032	6.508
<b>Total</b>	<b>96.659</b>	<b>66.288</b>
(-) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		
	(10.395)	(7.394)
<b>Total</b>	<b>86.264</b>	<b>58.894</b>

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	2023	2022
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(6.462)</b>	<b>8</b>
Baixas de créditos sem possibilidade de recuperação	8	-
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(940)	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(7.394)</b>	<b>-</b>
Baixas de créditos sem possibilidade de recuperação	-	-
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.001)	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(10.395)</b>	<b>(7.394)</b>
A Administração entende que a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável. A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A perda estimada da Companhia tem como política o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nessa carteira com elevado grau de assertividade. O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínima de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, para clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.		
<b>11. Estoques:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Produtos acabados	10.011	7.918
Semi-acabados	9.034	9.734
Mercadorias para revenda	16.039	14.207
Materia-prima e embalagens	8.465	9.192
Produtos do almoxarifado	3.187	3.162
Manutenção industrial	8.087	8.192
Manutenção frota	195	199
Manutenção de geladeiras/post mix	915	734
<b>Total</b>	<b>55.933</b>	<b>53.338</b>
Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e a composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na Nota Explicativa nº 27. Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31/12/2023 e 2022. As movimentações da provisão para perdas de estoque são apresentadas a seguir:		
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Provisão para perdas de estoques (i)	<b>Saldo inicial</b> 1.332	<b>Realização de provisões</b> (856)
	<b>Constituição de provisões</b> 1.019	<b>Saldo movimentado</b> 163
	<b>Saldo final</b> 1.495	<b>Saldo final</b> 2022
Provisão para perdas de estoques (ii)	<b>Saldo inicial</b> 526	<b>Realização de provisões</b> -
	<b>Constituição de provisões</b> 806	<b>Saldo movimentado</b> 806
	<b>Saldo final</b> 1.332	<b>Saldo final</b> 2022
(i) O critério utilizado para constituição da provisão para perda de estoque levou em conta os itens que estavam sem movimentação há mais de quatro anos e os componentes de máquinas e equipamentos que não fazem mais parte da cadeia de produção.		
<b>12. Impostos a recuperar:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo circulante</b>		
PIS e COFINS sobre exclusão do ICMS na base de cálculo	-	34.451
ICMS sobre ativo imobilizado a recuperar	4.533	2.395
ICMS a recuperar	830	-
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado a recuperar	183	16
ImpI a recuperar	246	1.149
<b>Total</b>	<b>5.792</b>	<b>38.011</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
ICMS sobre ativo imobilizado a recuperar	2.158	2.158
AIRE a recuperar	1.423	1.366
Restituição ILL	223	223
ImpI a recuperar	194	194
PIS e COFINS a recuperar - ressarcimento	1.401	141
ImpI a recuperar - ressarcimento	48	48
ICMS ST a recuperar - ressarcimento	10	11
<b>Total</b>	<b>5.457</b>	<b>4.141</b>
<b>13. Outros créditos:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Reembolso de parcerias	2.236	752
Adiantamento a fornecedores	5.253	1.137
Adiantamento a funcionários	364	519
Seguros a apropriar	554	506
Outros	2.229	101
<b>Total</b>	<b>10.636</b>	<b>3.015</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Consórcio	7.318	5.787
Empréstimo SRSA (i)	1.396	1.395
Seguros - Garantia de processos	846	1.131
Outros	150	150
<b>Total</b>	<b>9.710</b>	<b>8.463</b>
(i) Refere-se ao repasse de recursos para suprimento de caixa sem vencimento, sem incidência de juros e em condições específicas entre as partes. (Nota Explicativa nº 19). <b>14. IRPJ e CSLL correntes e diferidos:</b> a. <b>IRPJ e CSLL correntes diferidos:</b> O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e		

seu respectivo valor contábil, e não resultam em impacto financeiro. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. As estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

	Reconhecido no resultado	2021	2022	Reconhecido no resultado	2023
<b>Passivo fiscal corrente</b>					
IR e CS a pagar	1.819	14.726	5.242	30.308	6.889
<b>Ativo fiscal diferido</b>					
Provisão para perdas de créditos esperadas	2.197	317	2.514	1.020	3.534
Provisão de participação nos lucros (superação)	2.061	398	2.459	(205)	2.254
Provisão para perdas de estoque	180	273	453	55	508
Provisão para desvalorização de investimento	596	-	596	-	596
Ajustes cut-off	455	(240)	215	426	641
Provisão honorários processo PIS/COFINS	6.386	(885)	5.501	(2.450)	3.051
Provisão para despesas gerais	4.484	937	5.421	372	5.793
Outras adições temporárias	76	-	76	-	76
Prejuízos fiscais do IRPJ	2.454	(2.454)	-	-	-
Base negativa de CSLL	988	(988)	-	-	-
Provisão para contingências	3.101	333	3.434	(575)	2.859
<b>Total</b>	<b>22.978</b>	<b>(2.309)</b>	<b>20.669</b>	<b>(1.356)</b>	<b>19.313</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>					
Leasing financeiro	(4.160)	445	(3.715)	373	(3.342)
Exclusão ICMS da base PIS/COFINS	(17.028)	8.344	(8.684)	8.020	(664)
<b>Total</b>	<b>(21.188)</b>	<b>8.789</b>	<b>(12.399)</b>	<b>8.393</b>	<b>(4.006)</b>
Valor líquido do IRPJ e CSLL diferidos	<b>1.790</b>	<b>6.480</b>	<b>8.270</b>	<b>7.037</b>	<b>15.307</b>
De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o lucro, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais, aprovado pela Administração. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente. A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem. A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. <b>b. Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:</b> A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL debitada em resultado é demonstrada como segue:					
	<b>2023</b>	<b>2022</b>			
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	71.046	26.387			
Alíquota fiscal combinada IRPJ e CSLL	34%	34%			
Alíquota fiscal combinada	(24.156)	(8.972)			
Adições/exclusões permanentes:					
- Outras	885	726			
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(23.271)	(8.246)			
IRPJ e CSLL correntes	(30.308)	(14.726)			
IRPJ e CSLL diferidos	7.037	6.480			
Alíquota efetiva	33%	31%			
<b>15. Investimentos:</b>	<b>% de participação</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Leão Junior S.A.	0,75%	8.150	8.150		
Trop Frutas do Brasil S.A.	0,76%	1.179	1.179		
UBI 3 Participações	0,75%	1.917	1.917		
<b>Investimento avaliado pelo método de custo</b>	<b>11.246</b>	<b>11.246</b>			
Refere-se a aportes de capital para a aquisição de participação minoritária na Suco Mais e na Del Valle, efetuados através da holding Holdfab Participações Ltda. ("Holdfab"). Em 24/08/2010 foi realizado aporte de capital para a aquisição minoritária na Leão Junior S.A., feita através da holding Holdfab 2 Participações Ltda. ("Holdfab 2"). Em janeiro de 2013, a Holdfab e a Holdfab 2 foram incorporadas pela Leão Junior S.A. Em abril de 2013 foi realizado aporte de capital para aquisição minoritária da Companhia. Em janeiro de 2016 foi realizado novo aporte na Leão Junior S.A. Em agosto de 2016 foi realizado aporte para aquisição minoritária da Trop Frutas do Brasil S.A. Em março de 2017 foi realizado aporte para aquisição minoritária da UBI 3 Participações Ltda. Em 2021 foi realizado impairment na Trop Frutas do Brasil S.A. e provisionado R\$ 1.752 em desvalorização de investimento. Com isso ela já não está mais registrada pelo valor de custo. Tais empresas, exceto a Trop Frutas do Brasil S.A., são avaliadas pelo custo de aquisição. As empresas em referência têm por objetivo a produção e a comercialização de sucos, energéticos, isotônicos, chás e bebidas à base de soja. Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não promoveu aquisição de participação acionária.					

	Móveis, utilitários e instalações	Máquinas e equipamentos	Imóveis e edificações	Móveis, utilitários e instalações	Máquinas e equipamentos	Imóveis e edificações	Equipamentos de informática	Vasilhames	Terrenos	Imobilizado em andamento	Total
<b>16. Ativo imobilizado:</b>											
<b>a. Movimentação do custo:</b>											
Saldo em 31/12/2021	17.383	66.784	50.447	21.461	21.989	24.562	147	1.923	204.696		
Adições	148	1.418	8.976	2.258	2.089	1.206	-	4.255	20.350		
Alienações	-	(54)	(370)	(893)	(169)	(105)	-	(204)	(1.795)		
Transferências	-	2.442	135	64	-	-	-	-	(2.611)		
Saldo em 31/12/2022	17.531	70.590	59.188	22.890	23.909	25.663	147	3.333	223.251		
Adições	329	1.895	10.325	7.750	2.763	1.274	13.845	11.227	49.408		
Alienações	-	(646)	(1.562)	(900)	(399)	(1.321)	-	(189)	(5.017)		
Transferências	321	1.595	1.326	10	-	1.435	-	(4.687)	-		
Saldo em 31/12/2023	18.181	73.434	69.277	29.750	26.273	27.051	13.99				

continuação

Nota Explicativa no 31. **18. Financiamentos e empréstimos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez veja a Nota Explicativa no 31.

Inde-xador	Taxa média de juro (a.a.)	Ano de vencimento	Moeda			
			2023	2022		
<b>Bancários</b>						
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (i)	CDI	13,35%	2023 a 2029	Real	94.436	93.117
Finame	URTJLP	5,31%	2024	Real	310	943
<b>Total de financiamentos e empréstimos</b>					<b>94.746</b>	<b>94.060</b>
Passivo circulante					5.853	5.056
Passivo não circulante					88.893	89.004

(i) Em 15/08/2022, a Companhia captou R\$ 90.000 através de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com prazo de vigência de 2.555 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco) dias contados da data de emissão, com remunerações atreladas ao CDI acrescidos de sobretaxa de 0,90% a.a. para o montante de R\$ 60.000 e IPCA+ (INTNB) acrescidos de sobretaxa de 0,60% a.a. para o montante de R\$ 30.000. A remuneração do CRA será semestralmente, em fevereiro e agosto de cada ano, e início de amortização a partir do 4º (quarto) ano, com a finalidade de financiar suas operações relacionadas ao agronegócio. Para proteção da operação, a Companhia contratou uma operação de swap convertendo a taxa final da operação para CDI + 1,60% de spread. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	2023	2022
2024	-	304
2025	-	-
2026	22.223	22.175
2027	22.223	22.175
2028	22.223	22.175
2029	22.224	22.175
<b>Total</b>	<b>88.893</b>	<b>89.004</b>

Em 31/12/2023, a Companhia cumpriu as obrigações relacionadas à manutenção dos indicadores na data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras. Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31/12/2023 e 2022.

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	633	(11.425)	12.744	94.060	94.746

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

Comissões de emissão (i)	Pagamento principal (j)	Pgtos. de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo	
				Liberal inicial	Final
Comissões de emissão (i)	1.300	(56.883)	(5.292)	9.708	94.060

Financiam. e empréstimos

éxito remota na sua defesa, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia. Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	2023	2022
Tributária	730	730
Trabalhistas	7.679	9.370
<b>Total</b>	<b>8.409</b>	<b>10.100</b>

A movimentação das provisões para contingências está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo final em 31/12/2022	Adições	Saldo final em 31/12/2023
Tributários	730	-	730
Trabalhistas	9.370	(1.691)	7.679
<b>Total</b>	<b>10.100</b>	<b>(1.691)</b>	<b>8.409</b>

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 173.241 (R\$ 156.276 em 31/12/2022). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Do montante de perdas com risco possível, essas referem-se principalmente a: (i) Autos de infração lavrados em 2012, pelo suposto equívoco de recolhimento de ICMS-ST nas operações com a Leão Alimentos e Bebidas na qualidade de substituto ou substituído tributário, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010. Esses autos de infração, acrescidos de multa e juros incorridos até 31/12/2023, montam em R\$ 88.491 (R\$ 82.550 em 31/12/2022). Desse montante, a Companhia possui uma carta conforto que a Leão Alimentos e Bebidas se responsabiliza pelo ônus dos processos 4.004.763-5 e 4.004.766-0, os quais montam R\$ 65.290, além de uma carta fiança com garantia de R\$ 6.998. (ii) Auto de infração lavrado para a Leão Alimentos e Bebidas, no qual a Companhia é responsável solidário, no montante de R\$ 30.865 (R\$ 22.908 em 31/12/2022), referente à glosa de despesas com amortização de ação no ano-calendário 2017 até 2020. (iii) Autos de infração lavrados entre 2003 e 2006, que montam R\$ 13.417 em 31/12/2023 (R\$ 19.879 em 31/12/2022), referem-se à utilização incorreta de margens de valor agregado para fins de cálculo de ICMS - substituição tributária, para vendas a clientes considerados atacadista. (iv) Autos de infração lavrados referente à suposto erro na emissão de documentos fiscais e consequente não recolhimento de ICMS no período de janeiro a julho de 2008, no montante de R\$ 10.187 (R\$ 9.951 em 31/12/2022). (v) Autos de infração lavrados em 2022 e 2023, referente ao creditamento de ICMS de matérias-primas oriundas da zona franca de Manaus nos períodos de 2017 e 2018, no montante de R\$ 24.398 (R\$ 7.427 em 31/12/2022). (vi) Demais processos tributários referente à glosa de tributos e parcelamentos que montam R\$ 5.883 (R\$ 13.561 em 31/12/2022). **23. Impostos parcelados:**

	2023	2022
Passivo circulante	802	713
IOF	2.134	2.175
ICMS	2.936	2.888
<b>Total</b>	<b>6.939</b>	<b>6.996</b>

Passivo não circulante

	2023	2022
IOF	1.069	1.724
ICMS	5.870	7.974
<b>Total</b>	<b>6.939</b>	<b>9.698</b>

A Companhia perdeu judicialmente os processos 0017778-74.2010.8.26.0602, referente a débitos de ICMS no montante de R\$ 10.721, e 5007021-85.2021.4.03.6110 - 10855.9002732014, referente a débitos de IOF no montante R\$ 2.363, que foram respectivamente parcelados em 60 e 48 vezes com atualização mensal pela Selic.

**24. Outras contas a pagar:**

	2023	2022
Honorários advocatícios, consultoria, auditoria e outras obrigações (i)	12.395	16.444
Provisões para despesas gerais	10.660	10.747
PIS/COFINS atualização financeira de crédito extemporâneo	-	202
Outros	3.499	5.667
<b>Total</b>	<b>26.554</b>	<b>33.060</b>

Circulante

	2023	2022
Circulante	17.580	16.679
Não circulante	8.974	16.381

(i) A Companhia, em 31/12/2020, reconheceu os custos indiretos (honorários advocatícios, consultoria, auditoria, impostos indiretos e outras obrigações) decorrentes do reconhecimento de direito adquirido em juízo, no valor de R\$ 29.565, que foram classificados em outras despesas operacionais. **25. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31/12/2023, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 58.526 (idêntico em 2022), dividido em 1.634.749,277 ações ordinárias (idêntico em 2022), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações
B5 Participações Ltda.	980.794.877
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	653.899.709
Outros	54.691
<b>Total</b>	<b>1.634.749.277</b>

**b. Reservas de lucros: Reserva legal.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação dos prejuízos acumulados. **Retenção de lucros:** A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será liberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras. **c. Remuneração aos acionistas:** O acordo de acionistas determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, após a compensação dos prejuízos acumulados.

	2023	2022
Resultado do exercício	47.775	18.141
(-) Reserva legal	1.033	907
Base de cálculo - Dividendos	46.742	17.233
Dividendos mínimos obrigatórios - 25 %	11.686	4.308
<b>26. Receita líquida de vendas:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Venda de produtos	1.088.565	898.692
Devoluções	(9.939)	(7.343)
Impostos sobre vendas	(360.932)	(300.601)
<b>Total</b>	<b>717.694</b>	<b>590.748</b>

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares; (b) os consumidores e os clientes não possuem distinções relevantes atreladas ao tipo de produto adquirido; e (c) a Companhia atua apenas em território nacional. **27. Despesas operacionais por natureza: a. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:**

	2023	2022
Matéria-prima consumida	(359.330)	(309.194)
Salários e encargos sociais	(18.183)	(16.386)
Gastos com manutenção	(12.370)	(10.353)
Depreciação e amortização	(6.322)	(5.914)
Combustíveis e energia elétrica	(4.369)	(3.925)
Benefícios a empregados	(3.779)	(3.311)
Serviços prestados por terceiros	(1.421)	(1.333)
Aluguéis	(2.067)	(2.300)
Outros gastos	(7.200)	(6.287)
<b>Total</b>	<b>(415.041)</b>	<b>(359.003)</b>

**b. Logística, distribuição e armazenagem:**

	2023	2022
Serviços prestados por terceiros	(37.378)	(32.190)
Salários e encargos sociais	(20.835)	(19.013)
Gastos com manutenção	(6.380)	(4.832)
Combustíveis e energia elétrica	(5.929)	(6.349)
Benefícios a empregados	(5.252)	(4.718)
Fretes	(8.514)	(6.435)
Depreciação e amortização	(5.915)	(4.514)

Aluguéis

	2023	2022
Outros gastos	(6.570)	(5.621)
<b>Total</b>	<b>(97.338)</b>	<b>(84.117)</b>

**c. Despesas de vendas:**

	2023	2022
Salários e encargos sociais	(29.115)	(27.027)
Materiais de propaganda, premiações, mídias e bonificações	(28.615)	(21.146)
Benefícios a empregados	(6.269)	(5.465)
Serviços prestados por terceiros	(5.983)	(4.647)
Combustíveis e energia elétrica	(990)	(983)
Gastos com manutenção	(469)	(430)
Aluguéis	(208)	(124)
Depreciação e amortização	(1.113)	(784)
Outros gastos	(3.058)	(2.656)
<b>Total</b>	<b>(75.820)</b>	<b>(63.262)</b>

**d. Despesas administrativas e gerais:**

	2023	2022
Honorários advocatícios e custas processuais	(6.266)	(3.974)
Serviços prestados por terceiros	(22.722)	(17.562)
Salários e encargos sociais	(11.305)	(9.618)
Gastos com manutenção	(2.862)	(1.120)
Depreciação e amortização	(2.877)	(2.668)
Benefícios a empregados	(2.295)	(1.726)
Combustíveis e energia elétrica	(203)	(187)
Aluguéis	(383)	(338)
Multas	(3)	(83)
Outros gastos	(2.939)	(5.958)
<b>Total</b>	<b>(51.855)</b>	<b>(43.234)</b>

**28. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:**

	2023	2022
Lucro na venda do ativo imobilizado	816	830
Venda de sucatas	463	586
Bonificações - mercadorias	2	38
Reembolso investimentos em ativos	1.428	2.324
Outras receitas operacionais	125	1.816
<b>Total</b>	<b>2.834</b>	<b>5.594</b>

**Outras despesas operacionais**

	2023	2022
Provisão (reversão) para contingências	1.691	(980)
Outras despesas operacionais	(1.523)	(2.698)
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>(3.678)</b>

**29. Resultado financeiro líquido: Receitas financeiras**

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	5.325	4.181
Atualização de saldo de impostos	659	3.891
Juros recebidos	1.435	1.400
Descontos obtidos	93	312
Instrumentos financeiros derivativos	1.536	-
Outras receitas financeiras	4	44
<b>Total</b>	<b>9.052</b>	<b>9.828</b>

**Despesas financeiras**

	2023	2022
Juros e encargos financeiros	(13.510)	(18.929)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.239)
Descontos concedidos	(46)	(1.169)
IOF sobre operações financeiras	(44)	(1.580)
Outras despesas financeiras	(2.047)	(2.631)
<b>Total</b>	<b>(15.647)</b>	<b>(25.548)</b>

**Total do resultado financeiro líquido**

	2023	2022
<b>30. Gerenciamento de capital:</b> A Companhia gere seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial, maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços. A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo, tanto para os acionistas e investidores como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para esse propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Cláusulas contratuais restritivas de natureza financeira também estão previstas nos contratos de financiamento, uma vez que a Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento dessas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários. Para tal é realizado o planejamento e o controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis. A divulgação do LAJIDA (EBITDA) abaixo não está prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil.	<b>2023</b>	<b>2022</b>

	2023	2022
<b>LAJIDA e/ou EBITDA:</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado do exercício:	47.775	18.141
IRPJ e CSLL (corrente e diferido)	27.271	8.246
Resultado financeiro líquido	6.595	15.720
Depreciação e amortização	16.228	13.879
<b>LAJIDA e/ou EBITDA</b>	<b>93.869</b>	<b>55.986</b>

**Divida financeira líquida**

de sensibilidade para os riscos de taxas de juros aos quais está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31/12/2022. Dessa forma, o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro: **Apreciação das taxas:**

Instrumentos	Exposição em 31/12/2023	Risco provável (%)	Valor	Cenários	
				Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Certificados de recebíveis do agronegócio (94.436)	13,35%	(12.607)	10,01%	(9.453)	20,03%
Finame (310)	5,31%	(16)	3,98%	(12)	7,97%
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>				<b>(3.158)</b>	<b>(6.316)</b>
<b>Instrumentos</b>					
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Certificados de recebíveis do agronegócio (93.117)	15,35%	(14.293)	19,19%	(17.869)	23,03%
Finame (943)	5,31%	(50)	6,64%	(63)	7,97%
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>				<b>(3.589)</b>	<b>(7.176)</b>
<b>Depreciação das taxas:</b>					
<b>Instrumentos</b>					
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Certificados de recebíveis do agronegócio (94.436)	13,35%	(12.607)	10,01%	(9.453)	6,68%
Finame (310)	5,31%	(16)	3,98%	(12)	2,66%
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>				<b>3.158</b>	<b>6.316</b>
<b>Instrumentos</b>					
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Certificados de recebíveis do agronegócio (93.117)	15,35%	(14.293)	11,51%	(10.719)	7,67%
Finame (943)	5,31%	(50)	3,98%	(37)	2,66%
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>				<b>3.589</b>	<b>7.176</b>

**Risco de moeda:** A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional, o Real (R\$). Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia (Real). **Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, a Companhia contratou uma operação de swap com objetivo de reduzir a volatilidade da marcação a mercado de NTN-B e de proteger a taxa final de remuneração dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos, migrando para o CDI, taxa mais correlata à economia do País. Em 31/12/2023, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção estão apresentados a seguir:

	Vencimento	Notional	Ativo	Passivo
Swap de taxa de juros	15/08/2029	30.000	875	-
<b>Total</b>			<b>875</b>	<b>-</b>

**(iv) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **d. Aspectos ambientais** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **32. Passivo de arrendamento: Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2):** Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia reconheceu R\$ 1.712 de depreciação (R\$ 832 em 31/12/2022) e R\$ 223 de juros desses arrendamentos (R\$ 170 em 31/12/2022). A Companhia é arrendatária de uma frota de veículos da locadora Movida utilizada para a operação da Companhia, como vendas e assistência técnica, tendas da empresa Alternativa para armazenagem de produtos e empilhadeiras da Master cargas para utilização na operação. Os contratos de arrendamento possuem prazo de vigência até outubro de 2025 para os veículos, agosto de 2025 para as tendas e abril de 2025 para as empilhadeiras. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. **(i) Ativos de direito de uso:** A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31/12/2023, foi a seguinte:

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	751
Adições	888
Amortização	(832)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	807
Adições	5.399
Amortização	(1.712)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	4.494

**(ii) Passivo de arrendamento:** A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31/12/2023, foi a seguinte:

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	751
Adições	888
Pagamento de principal	(913)
Pagamento de juros	(89)
Juros provisionados	170
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	807
Adições	5.399
Pagamento de principal	(1.712)
Pagamento de juros	(171)
Juros provisionados	171
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	4.494
Passivo circulante	2.580
Passivo não circulante	1.914

**Impactos na demonstração de resultado:** A depreciação do ativo e as despesas financeiras do passivo são reconhecidas na demonstração de resultado. O efeito na demonstração de resultado do exercício corrente, decorrente da adoção da norma, está demonstrado a seguir:

Despesa com amortização direito de uso	1.712
Despesa com juros sobre arrendamentos	171
<b>Total</b>	<b>1.883</b>

A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 13,68% a.a., que é a taxa de mercado para financiamento da modalidade de veículos. De acordo com a legislação tributária vigente, a Companhia tem o direito de tomar créditos de PIS e COFINS sobre o fluxo de pagamentos para liquidação dos seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31/12/2023 é de cerca de R\$ 174. **(iii) Opções de prorrogação:** Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Luiz Lacerda Biagi (Presidente)		Cristiano Biagi - Diretor presidente		Rafael Soares Alves	
Miguel Angel Peirano   Cristiano Biagi	Giordano Biagi   Renato Barbosa	Cláudio Sérgio Rodrigues - Diretor superintendente		CRC nº SP260790/0-7	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e aos diretores da Sorocabá Refrescos S.A., Sorocabá - SP.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sorocabá Refrescos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28/02/2024

**KPMG** Daniel Marino de Toledo  
**Auditores Independentes** Contador  
 CRC 2SP-027666/0-5 F SP CRC 1SP249851/0-8

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 – NIRE 35.300.582.781

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2024

(I) **Data, hora e local:** Aos 30 dias de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 10h00 (dez horas), na sede social da CIP S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, realizada e transmitida de forma exclusivamente digital por meio da plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), conforme Edital de Convocação publicado pela Companhia abaixo mencionado. (II) **Presença:** Presentes acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas de mais de 94% (noventa e quatro por cento) do capital social da Companhia, ou seja, quórum suficiente para a instalação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE"), conforme registros constantes da lista de presença de acionistas e informações constantes dos boletins de voto a distância recebidos pela Companhia, nos termos da regulamentação aplicável, de acordo com a lista de presença constante do **Anexo I. (III) Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil" em sua edição física e online dos dias 22, 23, e 27 de dezembro de 2023, nas páginas, 02, 06 e 08 respectivamente, conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. (IV) **Composição da Mesa:** André Henrique Caldeira Daré, **Presidente;** e Beatriz Covre de Oliveira, **Secretária.** (V) **Lavratura da Ata:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme autoriza o § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. (VI) **Leitura de Documentos:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à Ordem do Dia desta Assembleia, uma vez que referidos documentos são de conhecimento dos Acionistas presentes, tendo sido disponibilizados previamente pela administração da Companhia. (VII) **Ordem do dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: (a) Reforma do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de incluir as atividades no objeto Social da Companhia; (b) Ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração; e (c) Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim. (VIII) **Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, considerando tanto a participação via Plataforma Digital quanto os boletins de voto a distância recebidos pela Companhia, bem como as respectivas abstenções: (a) Foi aprovada, por unanimidade dos votos recebidos, nos termos do artigo 136, VI, da Lei das S.A., a reforma do artigo 2º do Estatuto Social, a fim de incluir as seguintes atividades no objeto Social da Companhia: (i) a prestação de serviços de tecnologia da informação; (ii) prestação de serviços relacionados aos dados processados em seu mercado, incluindo, mas não se limitando a padronização, classificação, análises, cotações, estáticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; (iii) prestar, às pessoas autorizadas, suporte técnico, de mercado, administrativo e gerencial, relacionado ao seu objeto social, incluindo a exploração de softwares desenvolvidos ou licenciados para a Companhia; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (v) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (vi) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (vii) serviços de análise de dados e prestação de informações gerais; (viii) assessoria e consultoria relacionados a sistemas de tecnologia da informação e combate à fraude; (ix) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (xi) gestão de ativos intangíveis não financeiros. Em razão do deliberado no item 1 supra, o artigo 2º da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: (i) a criação, desenvolvimento e a operação de sistemas relacionados a, incluindo, mas não se limitando, prestação de serviços com o fim de proporcionar (a) a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, bem como de informações no âmbito do mercado financeiro nacional; e (b) o registro, processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas; (ii) a prestação de serviços, no âmbito do mercado financeiro nacional, para instituições financeiras, caixas econômicas e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas legais e/ou regulamentares em vigor, bem como para quaisquer outras instituições que tenham relação com as entidades acima descritas; (iii) a realização de outras operações e serviços compatíveis com as atividades de entidades operadoras de infraestrutura do mercado financeiro, câmaras e de prestadores de serviço de registro, compensação e de liquidação; (iv) o desenvolvimento e operação de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos financeiros ou não financeiros; (v) a prestação de serviços de padronização, classificação, análises, estáticas, realização de estudos, sobre assuntos que interessem à Companhia e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados; (vi) a prestação de serviços associados ao fornecimento de dados estruturados para o mercado, incluindo a constituição de banco de dados, processamento, inteligência de dados e atividades correlatas; (vii) o exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados; (viii) a prestação de serviços para fins de desenvolvimento de mercado, incluindo, mas não se limitando a, serviços auxiliares a análises de clientes, identidade digital e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e fornecimento e operação de soluções tecnológicas relacionadas à identidade digital e autenticação; (ix) a prestação de serviços de registro de ônus e gravames sobre valores mobiliários, títulos, ativos, financeiros ou não, imóveis e outros instrumentos financeiros, inclusive de registro de instrumentos de constituição de garantia e de cartório, nos termos da regulamentação aplicável; (x) a prestação de serviços associados ao suporte a operações de crédito, financiamento e arrendamento mercantil, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (xi) a prestação de serviços associados ao Open Banking, inclusive de serviços de desenvolvimento, gateway, suporte ao mercado, e atividades correlatas, nos termos da regulamentação aplicável; (xii) a prestação de serviços associados ao mercado de seguros, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (xiii) a prestação de serviços associados ao mercado de saúde, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (xiv) a prestação de serviços associados ao mercado de educação, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável; (xv) o exercício de outras atividades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Banco Central do Brasil, ou outras entidades reguladoras que, na visão do Conselho de Administração, sejam do interesse de participantes dos mercados administrados pela Companhia e contribuam para o seu desenvolvimento e sua hígidez; (xvi) a prestação de serviços de tecnologia da informação; (xvii) prestação de serviços relacionados aos dados processados em seu mercado, incluindo, mas não se limitando a padronização, classificação, análises, cotações, estáticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, disponibilização de informações, inclusive para atendimento à legislação e regulação vigentes, biblioteca, bem como desenvolvimento, licenciamento, operação e suporte técnico de softwares, sistemas e plataformas de tecnologia da informação; (xviii) prestar, às pessoas autorizadas, suporte técnico, de mercado, administrativo e gerencial, relacionado ao seu objeto social, incluindo a exploração de softwares desenvolvidos ou licenciados para a Companhia; (xix) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; (xx) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (xxi) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (xxii) serviços de análise de dados e prestação de informações gerais; (xxiii) assessoria e consultoria relacionadas a sistemas de tecnologia da informação e combate à fraude; (xxiv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xxv) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xxvi) gestão de ativos intangíveis não financeiros; e (xxvii) a participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada, na posição de acionista controladora ou não, e que tenham como foco principal de suas atividades as expressamente mencionadas neste Estatuto Social, ou que, na visão do Conselho de Administração, sejam do interesse de participantes dos serviços administrados pela Companhia e contribuam para o seu desenvolvimento e sua hígidez." (b) Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração, os Sres. Erick Warner de Carvalho e Pedro Bramont, formalizada na Reunião do Conselho realizada em 04.10.2023, nos termos do artigo 22, parágrafo 7º do Estatuto Social da Companhia. (c) Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, transcrições, averbações, transferências ou comunicações necessárias, incluindo, sem limitação, a atualização dos livros sociais da Companhia e as atualizações perante cartórios e registros públicos competentes, conforme o caso. (IX) **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Secretária agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela Mesa. Foram considerados presentes à assembleia e signatários da ata os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença na Plataforma Digital, observado o disposto na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. Ass.: **Mesa:** André Henrique Caldeira Daré, **Presidente;** e Beatriz Covre de Oliveira, **Secretária.** São Paulo, 30 de janeiro de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Ass.: **Presidente:** André Henrique Caldeira Daré; **Secretária:** Beatriz Covre de Oliveira. JUCESP – Registrado sob o nº 91.242/24-1 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF 61.157.723/0001-93 - NIRE 35300041330 - **Aviso**  
Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 633, sala A, em São Paulo/SP os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 11/03/2024. Ivan Soldan Salema Diretor. (12, 13 e 14/03/2024)

## Attend Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20 – NIRE 35.300.386.116

### Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Attend Ambiental S.A.

Ficam convocados os Debenturistas titulares da 1ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional de emissão da Attend Ambiental S.A. ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, Com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, celebrado no dia 23 de setembro de 2019 ("Escritura de Emissão"), a participarem Assembleia Geral de Debenturistas que será realizada às **11:00 horas do dia 19 de março de 2024, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme artigo 71 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Autorizar o resgate antecipado ("Resgate Antecipado") da totalidade das 3.450 (três mil, quatrocentas e cinquenta) debêntures da 1ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional ("Debêntures"), de emissão da Companhia, a ser realizado até o dia 30 de abril de 2024, calculado nos termos da cláusula 7.2.3, "a" da Escritura de Emissão, sendo necessário notificar o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e B3 com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data pretendida para o resgate. **Informações Gerais:** 1. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. 2. Nos termos da Escritura de Emissão, a (i) instalação da AGD objeto deste Edital ocorrerá apenas se houver a presença de titulares que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer quórum; e (ii) as decisões da AGD objeto deste Edital estão sujeitas a aprovação por Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e pela maioria simples dos Debenturistas presentes, em segunda convocação. 3. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link ([meet.google.com/new-nyg-jyb](https://meet.google.com/new-nyg-jyb)) de acesso à reunião será disponibilizado **por correio eletrônico** aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, aqueles que **enviarem solicitação por correio eletrônico para regiane.oliveira@attendambiental.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br e fsp@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link ([meet.google.com/new-nyg-jyb](https://meet.google.com/new-nyg-jyb)) de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Companhia e ao Agente Fiduciário, de forma que a Companhia e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via D4sign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via D4sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário. 4. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. 5. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Emissora, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, com o seguinte assunto "AGD – 1ª Emissão de Debêntures da Attend". A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. 6. Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do Debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura através de plataforma digital, podendo ser encaminhada até o horário de início da Assembleia, juntamente com os documentos listados no item "i" acima, aos cuidados da Companhia, por **correio eletrônico para regiane.oliveira@attendambiental.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br e fsp@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**. 7. Caso o Debenturista participe da Assembleia por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. O modelo de instrução de voto para preenchimento e envio pelos Debenturistas, bem como a cópia da Escritura de Emissão estão disponíveis para consulta, na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da do Agente Fiduciário. 8. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. São Paulo, 08 de março de 2024. **Attend Ambiental S.A.** Ricardo Pelucio – Presidente; Sônia Regina Rodrigues – Diretora Vice-Presidente. (11, 12 e 13/03/2024)

## GIP Medicina Diagnóstica S.A.

CNPJ nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35.300.474.511

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **GIP Medicina Diagnóstica S.A.**, sociedade por ações, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 188, Paraíso, CEP 04006-050, inscrita no CNPJ sob o nº 43.721.026/0001-31 e com seu Estatuto Social devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.474.511 ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **25 de março de 2024, às 13h00**, em formato híbrido (semipresencial), sendo facultado aos acionistas a participação através da plataforma **Microsoft Teams**, cujos dados e instruções serão enviados até o dia 21 de março de 2024, ou presencialmente na sede da Companhia, a fim de discutir, examinar e deliberar sobre os termos e condições para realização de um empréstimo por determinados acionistas à Companhia, nos termos da cláusula 5.1.1 (vi) do Acordo de Acionistas e artigo 23, inciso (vi) do Estatuto Social da Companhia. Os termos e condições detalhados da operação proposta encontram-se no material de suporte enviado aos Acionistas conjuntamente com o presente Edital de Convocação. Caso o quórum de instalação em primeira convocação não seja atingido, ficam convocados os acionistas da Companhia a comparecer na Assembleia Geral Extraordinária, em segunda convocação, a realizar-se no dia **1 de abril de 2024, às 13h00**, em formato híbrido (semipresencial), sendo facultada a participação através da plataforma **Microsoft Teams**, cujos dados e instruções serão enviados até o dia 28 de março de 2024, ou presencialmente na sede da Companhia, nos termos da cláusula 5.4 do Acordo de Acionistas e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia. Todos os documentos de suporte foram encaminhados diretamente aos acionistas e estão disponíveis na sede da Companhia. São Paulo, 8 de março de 2024. **Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, Acionista da Companhia. (09, 12 e 13/03/2024)

## Comcitrus S.A.

CNPJ/MF nº 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570

### Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados e convocados os senhores acionistas da **Comcitrus S.A.** ("companhia"), a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **09/04/2024, às 09hs, e em segunda chamada às 9h30**, para deliberarem sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** a) Discutir e votar as contas e demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; b) Deliberar sobre a destinação de lucros; c) Reeleição dos membros do conselho de administração; e d) Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, a assembleia será realizada na **Rua Cel. Cândido Procópio de Oliveira, nº 353, CEP 14711-114, Distrito Industrial, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, Bebedouro, 11/03/2024. Francisco José Turchetto Santos, Diretor. (13, 14 e 15/03/2024)**

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



BRASSINTER 70 anos - Brassinter S.A. Indústria e Comércio									
Relatório da Administração									
Senhores acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. SAs, as demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 08 de março de 2024.									
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)									
<b>Balanco Patrimonial</b>					<b>Demonstração de Resultado</b>				
<b>ATIVO</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.850</b>	<b>20.530</b>	<b>Circulante</b>	<b>5.854</b>	<b>7.661</b>	Receita líquida de vendas	42.707	46.506	
Caixa e equivalentes de caixa	1.978	3.543	Fornecedores	3.301	2.786	Custo do produto vendido	(30.579)	(33.047)	
Contas a receber	4.787	5.743	Obrigações trabalhistas	1.118	1.128	<b>Lucro bruto</b>	<b>12.128</b>	<b>13.459</b>	
Estoques	8.901	9.390	Obrigações tributárias	1.134	1.399	<b>Receita (despesas) operacionais</b>			
Tributos a recuperar	561	1.478	Dividendos e participações a pagar	221	2.280	Desp. gerais e administrativas	(7.619)	(6.504)	
Outras contas a receber	579	326	Outras contas a pagar	81	68	Despesas comerciais	(2.129)	(1.289)	
Despesas antecipadas	45	52	<b>Não circulante</b>	<b>5.346</b>	<b>5.597</b>	Remuneração dos administrad.	(1.527)	(1.068)	
<b>Não circulante</b>	<b>9.527</b>	<b>8.111</b>	Tributos parcelados	5.346	5.597	Outras receitas/(despesas) operac.	1.491	344	
Depósitos judiciais	2.595	2.404	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15.176</b>	<b>15.384</b>	Provisões não dedutíveis	726	(1.426)	
Contrato de mútuo-partes relacionadas	-	170	Capital social	11.000	11.000	<b>Lucro (prejuízo) operação</b>			
Imobilizado	6.917	5.521	Reservas de lucros	2.200	2.200	<b>antes do resultado financeiro</b>	<b>3.071</b>	<b>3.515</b>	
Intangível	14	17	Lucros acumulados	1.976	2.184	Receitas financeiras	120	260	
<b>Total do ativo</b>	<b>26.377</b>	<b>28.642</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>26.377</b>	<b>28.642</b>	Despesas financeiras	(248)	(227)	
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					<b>Resultado financeiro</b>				
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Lucros a disposição dos acionistas</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>11.000</b>	<b>2.200</b>	-	<b>118</b>	<b>13.318</b>	<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL</b>	<b>2.954</b>	<b>3.552</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.296	2.296	IRPJ e CSLL	(758)	(1.257)	
Lucro a disposição dos acionistas	-	-	2.184	-	2.184	<b>Lucro (prejuízo) liq. do exercício</b>	<b>2.196</b>	<b>2.296</b>	
Transferência entre contas	-	-	-	(2.414)	(2.414)				
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>11.000</b>	<b>2.200</b>	<b>2.184</b>	-	<b>15.384</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.196	2.196	<b>Das atividades de investimento</b>			
Dividendos distribuídos	-	-	(2.184)	-	(2.184)	Adições do ativo imobilizado	(2.696)	(2.163)	
Participação estatutária	-	-	-	(220)	(220)	<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>2.728</b>	<b>2.563</b>	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>11.000</b>	<b>2.200</b>	-	<b>1.976</b>	<b>15.176</b>	<b>Das atividades de financiamentos</b>			
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>					<b>2023</b>	<b>2022</b>			
<b>Fluxo de caixa das ativ. operacionais</b>	<b>2.196</b>	<b>2.296</b>	<b>Provisão para honorários advocatícios</b>	-	(79)	<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(1.565)</b>	<b>2.193</b>	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>2.196</b>	<b>2.296</b>	<b>Lucro do exercício ajustado</b>	<b>3.564</b>	<b>3.419</b>	Captação de recursos com partes relacionadas	170	(170)	
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			<b>Aumento/(dimin.) dos ativos e passivos</b>			Pagamentos de dividendos / participações	(4.463)	(200)	
Depreciação do exercício	1.004	879	Contas a receber	956	(749)	<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.565)</b>	<b>2.193</b>	
Baixa do ativo imobilizado líquido	298	(10)	Estoques	477	1.010	<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>3.543</b>	<b>1.350</b>	
Amortização do exercício	-	9	Tributos a recuperar	917	1.368	<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>1.978</b>	<b>3.543</b>	
Atualiz. monetária de depósito judicial	(191)	(182)	Outras contas a receber	(253)	(268)	<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.565)</b>	<b>2.193</b>	
Atualização monetária parcelamento tributário - PAES	80	76	Despesas antecipadas	7	(43)				
Provisão para perdas nos estoques	12	184	Fornecedores	1.507	(554)				
Provisão para juros a transcorrer	166	247	Obrigações trabalhistas	(10)	26				
			Obrigações tributárias	(762)	(469)				
			Outras contas a pagar	(979)	985				
			<b>Caixa liq. das ativ. operacionais</b>	<b>5.425</b>	<b>4.726</b>				

**GPS Participações e Empreendimentos S.A.**

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 - NIRE 35.300.350.120 - Companhia Aberta  
 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 11 de abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.350.120 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 09.229.201/0001-30, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02571-2 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a se reunirem, de modo exclusivamente a distância e digital, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2024, às 10hs ("AGO"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

**Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

**Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (ii) alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia.

**Instruções e Informações Gerais:** A AGO será realizada de modo exclusivamente a distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação a distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGO ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (ri.gpsa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço marita.bernhoeff@gpsa.com.br, até às 10 horas do dia 9 de abril de 2024, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGO. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital, somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo ("**Boletim de Voto**") e enviá-lo diretamente à Companhia; ou (iv) cadastrar o Boletim de Voto diretamente no endereço eletrônico (https://assembleia.ten.com.br/011191911), conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (ri.gpsa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO. São Paulo, 12 de março de 2024.

**José Caetano Paula de Lacerda** - Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/03/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente  
 Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

